

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2023 PROCESSO Nº 13898/2023

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% PARA LICITANTES ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E 155/16

O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos - SP, à Rua Episcopal, 1575, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 45.358.249/0001-01, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP – que será regido pela Decreto nº 10.024 de 20/09/2019 que regulamenta o Pregão Eletrônico, pelo Decreto Municipal n.º151, de 14/07/2004, pelo Decreto Municipal nº 065, de 14/03/07 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e 155/2016 além das demais disposições legais aplicáveis com o objetivo de AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA P13 E P45 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E UTILIZAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme demais especificações que se encontram descritas no presente Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., <u>www.bb.com.br</u>, opção Licitações, ou diretamente em <u>www.licitacoes-e.com.br</u>.

LIMITE DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min. do dia 28/08/2023.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min. do dia 28/08/2023.

MODO DE DISPUTA: A etapa de lances da sessão pública será realizada pelo modo de disputa aberto, com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

LANCES: fica estabelecido o percentual mínimo de 0.5% (meio por cento) entre os lances ofertados durante a sessão.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número da licitação no *e-mail*: **licitacao@saocarlos.sp.gov.br**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

DOS ANEXOS:

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO II - MINUTAS DOS ANEXOS DO TCE:

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO V - DOS LOTES E ORCAMENTO BÁSICO:

ANEXO VI - MINUTAS DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

ANEXO VII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Pregão Eletrônico é AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA P13 E P45 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E UTILIZAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações deste instrumento convocatório e seus anexos.

2. DO PROCEDIMENTO

- **2.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da <u>INTERNET</u>, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional do Departamento de Tecnologia da Informação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.
- **2.2.** O certame será realizado através da utilização do aplicativo "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o B.B. e o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, entidade responsável pelo provimento de solução eletrônica para os órgãos integrantes da Administração Pública do Município de São Carlos.
- **2.3.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Departamento de Procedimentos Licitatórios Seção de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, denominado "Pregoeiro", com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.
- **3.2.** Estarão impedidos de participar da presente licitação:
- **3.2.1.** Os interessados suspensos e/ou impedidos do direito de licitar e/ou contratar com a Administração Municipal de São Carlos, conforme artigo 87, inciso III da Lei Nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei Nº 10.520/02, no prazo e nas condições do impedimento/suspensão;



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

- **3.2.2.** Os interessados que tenham sido declarados inidôneos, com efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública (Municipal, Estadual e Federal), conforme artigo 87, inciso IV da Lei Nº 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- 3.2.3. Os interessados que estiverem em regime de falência, dissolução, liquidação ou concurso de credores;
- **3.2.4.** Empresas em forma de consórcio;
- **3.2.5.** Cooperativas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Inquérito Civil nº 000004.200 1.15.003/6-50;
- 3.2.6. Aquele que for servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.
- **4.2.** Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- **4.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- **4.4.** A chave de identificação e a senha poderão ter validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- **4.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **4.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- **4.7.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- **4.8.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **4.9.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES NO SISTEMA ELETRÔNICO

- **5.1.** Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente via sistema os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no preambulo deste edital para abertura da sessão pública.
- **5.1.1.** As propostas serão recebidas e abertas no horário estabelecido, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.
- **5.2.** O licitante deverá registrar sua proposta em campo próprio do sistema licitações-e, acessando o menu opções da licitação, a opção "oferecer proposta". Será emitido um alerta antes da confirmação informando a necessidade da inclusão dos documentos de habilitação em outra opção.
- **5.3.** O licitante deverá apresentar sua proposta e a **marca dos produtos**, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, no site "www.licitacoes-e.com.br" considerando o MENOR PREÇO POR LOTE.
- **5.3.1.** No site www.licitacoes-e.com.br apresentar a marca dos itens de cada um dos lotes da seguinte forma: 1-XXXXXXX;2-XXXXXXXX4-XXXXXX.
- **5.3.2. Serão desclassificadas** propostas que apresentarem dados ou informações que permitam a identificação do licitante na disputa eletrônica, mesmo que estas constem de qualquer anexo por ele inserido no sistema.
- **5.3.3. Serão desclassificadas** propostas que apresentarem dados ou informações que permitam a identificação do licitante antes da disputa eletrônica.
- **5.3.4. Serão desclassificadas** as propostas que contenham valor maior que o máximo estimado para o lote.
- **5.4.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor através do sistema.
- 5.4.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **5.5.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- **5.6.** No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

D ~ FILA: 0.400/0000



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

- **5.6.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **vinte e quatro horas** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico desta Administração e no sistema licitações-e.
- 5.7. A etapa de lances da sessão pública será pelo modo de disputa aberto, conforme estabelecido no preambulo deste edital.
- **5.7.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- **5.7.2.** A prorrogação automática da etapa de envio e lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.7.2.1. Lances intermediários são aqueles que não cobrem a melhor oferta, disputando as demais colocações do pregão.
- **5.7.3.** Caso não haja novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- **5.7.3.1.** Poderá haver reinicio da etapa de envio de lances, mediante justificativa, quando a sessão pública foi encerrada sem as prorrogações automáticas pelo sistema, em prol da consecução do melhor preço.
- **5.8.** Encerrada a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do artigo 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/06.
- **5.9.** Para os fins do item 5.8, entende-se por empate aquelas situações em que os lances ofertados pela ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor lance classificado.
- **5.10.** Não se aplicará a regra da preferência prevista pelo item 5.8, quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por ME e EPP ou quando se tratar de lote correspondente à Cota Reservada correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação exclusiva das Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempreendedores Individuais MEI.
- 5.11. Quando aplicável a divisão de cotas, se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. No envio da proposta readequada, juntamente com a documentação de habilitação, deverá constar desta, os menores preços ofertados, inclusive os da cota reservada, se for o caso, sendo as condições idênticas para ambas as cotas, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.
- **5.12.** Os lotes da cota reservada que forem declarados desertos ou fracassados serão integrados aos lotes originais e oferecidos aos respectivos licitantes vencedores, nas mesmas condições ofertadas por estes na segunda fase do Pregão, exceto se destinados à participação exclusiva, não fazendo parte dos lotes destinados a ampla participação.
- **5.12.1.** Diante de sua recusa, esta será oferecida aos licitantes remanescentes de acordo com a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- **5.13.** Ocorrendo o empate de que trata o subitem 5.8, sem que se configure a situação descrita no subitem 5.9, a ME ou EPP com melhor colocação no certame será convocada para ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a contar do encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- **5.14.** Não envio de lances após o inicio da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:
- a) observância dos critérios de desempate previstos no item 5.8;
- b) persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. Isso se deve ao fato de não haver ordem de classificação das propostas, tendo em vista que podem ser retiradas ou substituídas até o momento da abertura da sessão pública.
- **5.15.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- **5.16.** Se a ME ou EPP com melhor colocação no certame não ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, as ME e EPP remanescentes, que porventura estejam dentro da faixa de empate prevista pelo subitem 5.12, serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito de preferência.

6. DA PROPOSTA ENVIADA AO PREGOEIRO

- **6.1.** O licitante terá **24h (vinte e quatro horas)** para enviar a **proposta readequada**, <u>através do sistema</u>, após a convocação por parte do pregoeiro, devendo obedecer aos seguintes critérios:
- **6.1.1.** Deverá ser elaborada em papel timbrado da proponente, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada, rubricada e assinada por seu representante legal, preferencialmente apresentada em páginas numeradas sequencialmente, em uma via original, contendo os seguintes elementos de forma clara e expressa:
- a) Número do processo e do pregão.
- **b)** Razão social, endereço, CNPJ, inscrição estadual e nome do banco, o número da agência e da conta corrente em nome da licitante, onde será efetuado o pagamento.
- c) Nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar contrato com a Prefeitura.
- d) Preços cotados em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais, devendo constar valor unitário e total, e ainda o valor global da proposta, em algarismo e por extenso.
- excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com até quatro casas decimais;
- no caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes;
- e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- e) Descrição precisa do item.



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

- f) Declaração que na proposta apresentada estão inclusos todos os custos e as despesas, tais como: impostos, taxas, encargos e transporte para as entregas, ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados para elaboração da mesma, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.
- **6.1.2.** A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- **6.1.3.** A marca dos produtos deverá ser obrigatoriamente especificada, idêntica a apresentada no sistema licitações-e, sob pena de **desclassificação**.
- 6.1.4. Não serão admitidos <u>valores unitários ou totais</u> acima dos apresentados na Planilha de Orçamento Estimativo, bem como quaisquer valores superiores aos informados na proposta eletrônica.
- **6.1.5.** Verificar no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IV)** quanto à amostra/catálogo descritivo, <u>local de entrega dos mesmos</u>, documentos a serem entregues com as amostras, quando aplicável, além das demais informações nele contidas.
- **6.1.6.** Negociações de preços após finalizada a etapa de lances não implicam na suspensão do prazo de inserção de proposta readequada no sistema, conforme previsto no item 6.1. do Edital.
- 6.2. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.
- **6.3.** É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, o que será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.
- **6.4.** Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.
- 6.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- **6.6.** Serão rejeitadas as propostas que:
- 6.6.1. Forem incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado:
- **6.6.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- **6.7.** O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no artigo 155, § 2º, VII, b, da Constituição Federal de 1988.
- **6.8.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, guando:
- a) Confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- b) A comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- c) Garantido o cumprimento dos contratos ou pedidos de fornecimento já emitidos.
- **6.9.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- **6.10.** A Equipe recomenda aos Licitantes que façam constar de suas propostas nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar a Ata de Registro de Preços com o Município.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- **7.1.** Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- **7.2.** O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- **7.3.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- **7.4.** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens **7.2** e **7.3** deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.
- 7.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8. DA HABILITAÇÃO

- **8.1.** Como descrito no item **5.1.**, os documentos de habilitação deverão ser apresentados no momento da inserção da proposta no sistema em campo próprio.
- **8.1.1.** Os documentos de habilitação serão enviados no menu de opções do lote, opção "incluir anexo do lote". Será exibida mensagem de alerta para inclusão dos referidos documentos, de acordo com o Decreto 10.024/19.
- **8.2.** Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.3. Para fins de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:
- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- **8.3.2.** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos. Capital da Tecnologia

- 8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:
- 8.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativas a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 8.3.3.1.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
- 8.3.3.1.2. A certidão a que se refere o caput abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.
- 8.3.3.2. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda:
- 8.3.3.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscritos em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.
- 8.3.4. Prova de regularidade perante o sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. (Dispensável no caso de apresentação de certidão conjunta prevista no item 8.3.3.1.)
- 8.3.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.3.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas em participar do certame deverão declarar sua condição nos termos do artigo 11 da Lei Municipal nº 15.247/2010, conforme Anexo III deste edital.
- 8.3.8. Se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.
- 8.3.8.1. O prazo assegurado no subitem 8.3.8 terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.
- 8.3.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.3.8. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- **8.4.** O documento a ser apresentado relativo à **habilitação jurídica** será o seguinte:
- 8.4.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; 8.5. Os documentos a serem apresentados para habilitação relativos à qualificação técnica serão os seguintes:
- 8.5.1. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo necessariamente estar em nome da licitante.
- 8.5.1.1. No Atestado deverão constar, no mínimo, as seguintes especificações: dados completos do fornecedor do atestado (Razão Social, CNPJ, Atividade principal, endereço e telefone, nome legível e cargo de quem assinou o atestado), e ainda Atividade desenvolvida pela empresa proponente.
- 8.5.2. Declaração de Idoneidade, conforme modelo do Anexo I, que deverá ser preenchido com os dados da empresa nos locais indicados em itálico.
- 8.6. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será composta pelos seguintes documentos:
- 8.6.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedados sua substituição por balancetes ou balancos provisórios. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinadas pelo contador responsável e por seus sócios, bem como os Termos de Abertura e Encerramento do Diário Geral Registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório competente. O mesmo se aplica as empresas que mantém escrituração digital, devendo apresentar, além dos itens mencionados, o recibo de entrega no SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), com a respectiva chave de autenticação.
- 8.6.1.1. As microempresas individuais, microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, desobrigadas de manter escrituração contábil, bem como aquelas constituídas há menos de 12 meses deverão apresentar balanço simplificado ou balanço de abertura do último exercício social ou do período de sua constituição, devidamente assinado pelo proprietário e por contador competente, sem a formalidade de publicação ou registro, na forma da Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- 8.6.1.2. O Balanço patrimonial relativo aos itens anteriores deve conter, no mínimo, Termo de abertura e encerramento, as contas do ativo e do passivo do último exercício fiscal e do anterior, indicação do Patrimônio Líquido, o resultado do exercício (DRE) e eventuais notas explicativas.



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

8.6.1.3. A única exceção permitida ao item **8.6.1.1** diz respeito ao previsto no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015, para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais. Nesta condição, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial por estas empresas.

- **8.6.2.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.
- **8.6.2.1.** Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital
- **8.7.** Os documentos apresentados deverão ser, **obrigatoriamente**, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.
- **8.8.** Caso a empresa arrematante não comprove sua habilitação será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado por *e-mail* e/ou via licitações-e para que **manifeste seu interesse em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação**. Após a confirmação do interesse, será concedido o mesmo prazo do item 8.1 para entrega da proposta e documentação de habilitação. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse em fornecer.
- 8.8.1. É de inteira responsabilidade do licitante o cadastro de seus dados no <u>www.licitacoes-e.com.br</u>, inclusive o e-mail que será exclusivamente utilizado para encaminharmos notificações de convocação para os lotes do pregão em questão.
- 8.8.1.1. Não sendo possível contato via e-mail para encaminharmos notificações, sendo o mesmo cadastrado erroneamente ou ainda não ter sido cadastrado, é de responsabilidade da empresa o acompanhamento da licitação pelo site www.licitacoes-e.com.br.
- **8.9.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrido a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.
- **8.10.** Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.
- **8.11.** As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.
- **8.12.** Os documentos apresentados para habilitação são definitivos, não sendo admissível substituição ou posterior inclusão de documentos, com exceção do disposto no subitem **8.3.8.**

9. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

9.1. O valor máximo fixado para o presente registro de preço é de R\$ 1.480.800,00 (Um milhão quatrocentos e oitenta mil e oitocentos reais).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- **10.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- **10.1.1.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.
- 10.1.2. Poderá ser concedido efeito suspensivo à impugnação, devidamente justificada pelo Pregoeiro nos autos.
- 10.1.3. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- **10.2.** Ao final da sessão pública e <u>declarado o vencedor</u>, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões imediatamente, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente. Considerar-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a expressão imediatamente.
- **10.2.1.** Os recursos deverão ser protocolados por meio eletrônico através do e-mail: <u>licitacao@saocarlos.sp.gov.br</u>, ou perante o Departamento de Procedimentos Licitatórios Seção de Licitações, situada na Rua Episcopal, n.º 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, SP, CEP 13.560-570, no horário de expediente normal, ou seja, das 8h00min às 18h00min.
- **10.2.2.** As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no item **10.2** no Departamento de Procedimentos Licitatórios Seção de Licitações e no portal desta Administração, bem como no sistema licitações-e.
- **10.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação pelo Pregoeiro ao vencedor do certame.
- **10.4.** Os recursos contra decisões do Pregoeiro referente a habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **10.6.** Havendo recurso, a autoridade competente apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, o Prefeito Municipal, a decisão em grau final.
- 10.6.1. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.
- **10.7.** Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 10.8. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias <u>úteis</u> anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (ou seja, exclui-se a data do certame), exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

10.8.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

10.8.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e possuem feito vinculatório aos participantes e a Administração.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto ao vencedor, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n ° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Como condição para o fornecimento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste Edital.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

12.2. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

```
13.1 Os recursos financeiros correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
05.02.08.244.2014.2.025.3.3.90.30.01.5100000 - FICHA: 86 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
05.02.08.244.2015.2.028.3.3.90.32.01.5100000 - FICHA: 110 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
05.02.08.244.2016.2.030.3.3.90.30.01.5100000 - FICHA: 117 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
05.02.08.244.2017.2.033.3.3.90.30.01.5100000 - FICHA: 143 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
05.02.08.244.2018.2.036.3.3.90.30.01.5100000 - FICHA: 169 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
05.02.08.244.2016.2.032.3.3.90.30.02.5000006 - FICHA: 133 (FONTE 02: RECURSO ESTADUAL)
05.02.08.244.2017.2.035.3.3.90.30.02.5000007 - FICHA: 150 (FONTE 02: RECURSO ESTADUAL)
05.02.08.244.2018.2.038.3.3.90.30.02.5000008 - FICHA: 176 (FONTE 02: RECURSO ESTADUAL)
05.02.08.244.2016.2.031.3.3.90.30.05.5000002 - FICHA: 125 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
05.02.08.244.2017.2.172.3.3.90.30.05.5000003 - FICHA: 156 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
05.02.08.244.2019.2.039.3.3.90.30.05.5000004 - FICHA: 183 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
08.01.12.368.2041.2.159.3.3.90.30.01.2100000 - FICHA: 249 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
08.02.12.361.2046.2.165.3.3.90.30.01.2200000 - FICHA: 285 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
08.03.12.365.2049.2.166.3.3.90.30.01.2100000 - FICHA: 300 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
22.01.04.122.2096.2.117.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 701 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
10.01.27.811.2055.2.068.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 346 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
16.01.08.242.2073.2.090.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 453 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
29.01.18.541.2103.2.181.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 761 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
18.02.10.301.2076.2.137.3.3.90.30.01.3100000 - FICHA: 510 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
18.02.10.301.2076.2.135.3.3.90.30.05.3010000 - FICHA: 498 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
18.02.10.302.2077.2.139.3.3.90.30.01.3100000 - FICHA: 533 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
18.02.10.302.2077.2.138.3.3.90.30.05.3100000 - FICHA: 526 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
18.02.10.302.2077.2.140.3.3.90.30.05.3100000 - FICHA: 542 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
18.02.10.304.2078.2.150.3.3.90.30.01.3100000 - FICHA: 569 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
18.02.10.305.2078.2.153.3.3.90.30.05.3100000 - FICHA: 583 (FONTE 05: RECURSO FEDERAL)
18.02.10.305.2078.2.152.3.3.90.30.01.3100000 - FICHA: 579 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.01.06.181.2081.2.092.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 588 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.02.06.181,2081,2.093,3.3.90,30.01.1100000 - FICHA: 598 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.03.06.181.2081.2.094.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 604 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.03.06.181.2081.2.095.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 606 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.03.06.181.2081.2.096.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 610 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
19.03.06.182.2081.2.097.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 614 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
20.01.04.122.2082.2.098.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 623 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
14.01.16.482.2068.2.087.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 416 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
09.01.08.243.2050.2.063.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 315 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
09.01.08.243.2051.2.064.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 320 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
09.01.08.243.2052.2.065.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 326 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
21.01.11.334.2091.2.109.3.3.90.30.01.1100000 - FICHA: 670 (FONTE 01: TESOURO MUNICIPAL)
```

14. DO REGISTRO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

14.1. Homologado o procedimento, será outorgado o seu objeto à proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

- **14.2.** O Município de São Carlos convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa prescrita no subitem **17.1.**, sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.
- **14.3.** Os licitantes convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 14.2. para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.
- 14.4. O detentor da Ata não se eximirá das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução dos serviços.
- **14.5.** A existência do preço registrado não obriga o Município de São Carlos a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.
- **14.6.** Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas no artigo 12 do Decreto Municipal nº 065/2007.
- **14.7.** Se, dentro do prazo, o convocado não assinar a Ata, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item **17** deste Edital.
- **14.8.** A ata de registro de precos terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses.
- **14.9.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do serviço ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme dispõe o artigo 11 do Decreto Municipal n° 65/07.
- **14.10.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
- 14.10.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
- **14.10.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
- **14.11.** Este Edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante da Ata de Registro de Preços independentemente de transcrição.
- 14.12. A Prefeitura se reserva no direito de registrar em ata os valores das 05 (cinco) primeiras colocadas no certame.

15. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA

- **15.1.** Os produtos deverão ser entregues em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos Anexos do presente Edital, sendo que, as especificações ou qualquer outro documento que integre o presente processo administrativo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- **15.2.** É de responsabilidade da empresa substituir os produtos impugnados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento da impugnação.
- **15.3.** A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, o fornecimento do produto, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.
- **15.4.** Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos, na forma solicitada na "Ordem de Fornecimento".
- **15.5.** Os quantitativos totais são estimados e representam as previsões do Município de São Carlos durante o prazo de 12 (doze) meses.

16. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **16.1.** O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preço a SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, que terá a incumbência de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme artigo 1°, parágrafo único, inciso III, do Decreto Municipal nº. 065 de 14 de março de 2007 e suas alterações posteriores, cabendo, contudo, à Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico a condução do conjunto de procedimentos do certame para o registro de preços.
- **16.2.** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços SRP, e ainda os atos previstos no artigo 3º, §2º, do Decreto Municipal nº. 065/07, em especial:
- **16.2.1.** Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;
- **16.2.2.** Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- **16.3.** Fica fixado como órgão participante do Registro de Preços, conforme artigo 1º, inciso IV, do Decreto Municipal nº. 065/07 e suas alterações posteriores, a SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar com as entregas, comportarse de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

- **17.2.** O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:
- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;
- d) declaração de inidoneidade;
- 17.2.1. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual;
- 17.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- **17.4.** Ocorrendo atraso no fornecimento do produto será aplicada multa moratória de **0,3**% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20**% (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.
- 17.5. No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.
- **17.6.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.
- 17.7. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.
- 17.8. Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.
- **17.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.
- **17.10.** No caso de ocorrência de uma ou todas as hipóteses descriminadas no subitem **17.1**, a Administração poderá contratar a licitante segundo classificada, desde que atendidas às exigências de habilitação, devendo o Pregoeiro negociar o preço ofertado a fim de que seja obtido melhor preco, observando-se o prazo recursal nos itens anteriores.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1**. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- **18.2**. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- **18.3.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- **18.4**. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis.
- **18.5**. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.
- **18.6.** A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
- **18.7**. A autoridade competente, para determinar a contratação, poderá revogar a licitação, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- **18.8.** Fica a Contratada obrigada a cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do contrato, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, caso esta esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito n° 000647.2013.15.003/7-51.
- **18.9.** Fica eleito o FORO da COMARCA DE SÃO CARLOS SP, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimirem-se eventuais litígios oriundos.

São Carlos, 09 de agosto de 2023

RODOLFO HERNANE OMETTO

Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO

A Empresa (indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereco completo, telefone e endereco eletrônico - e-mail, para contato, número da conta corrente bancária, agência e banco, sendo que os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação), em atendimento às disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº. 102/2023, DECLARA:

- 1) Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;
- 2) Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta:
- 3) Que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da abertura deste Pregão;
- 4) Que tem ciência dos prazos de entrega estabelecidos no Edital.
- 5) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 6) Que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenada com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

	São Carlos	de	de 2023
Assinatura			

10



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO II - - ANEXOS DO TCE (em atendimento à Instrução nº 01/2020)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO № 11/2021)

CONTRATANTE: CONTRATADO: CONTRATO Nº (DE ORIGEM): OBJETO:
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados: 1. Estamos CIENTES de que: a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico; b) poderemos ter acesso ao
c) d) , tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; e) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então,
a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; f) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2° das Instruções n°01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); g) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados. 2Damo-nos por NOTIFICADOS para:
 a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:
Nome:Cargo:
CPF:
Assinatura:
Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO: Nome:



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos. Capital da Tecnologia

Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):	
Tipo de ato sob sua responsabilidade:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por acões de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CNPJ Nº: CONTRATADA: CNPJ Nº: CONTRATO N° (DE ORIGEM): DATA DA ASSINATURA: VIGÊNCIA:

OBJETO: VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma:
- comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou servicos foi contemplado em suas metas:
- as plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, e Inscrição Estadual XXXXXXXXX, situada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu (representante legal / sócio / procurador), o(a) Sr.(a) (nome), portador do RG nº XX.XXX.XXX-X e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, em atenção ao edital do Processo Licitatório supra mencionado, DECLARA, sob as penalidades cabíveis (art. 299 do Código Penal), sua condição de (declarar se é Microempresa <u>OU</u> Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, encontrando-se legalmente apta a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V, tendo receita bruta compatível com o que preconizam os incisos I e II do artigo 3º e não incidindo em nenhum dos impedimentos de que trata o § 4º do mesmo artigo. Por ser expressão da verdade, firmamos. Atenciosamente. RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de **material de consumo:** gás de cozinha – recarga – para botijões P13 e P45 com entrega a serem utilizados pelas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio de suas diversas Secretaria Municipais (ver relação no Anexo II) e a serem distribuídos gratuitamente às pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e social do município de São Carlos (Benefícios Eventuais – SMCAS).

2.DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

especificações
Gás – botijão P13 – recarga com entrega
Gás – botijão P45 – recarga com entrega

As entregas serão realizadas conforme endereços geograficamente estabelecidos no município de São Carlos e em seus Sub distritos: Água Vermelha e Santa Eudóxia, conforme relações por Secretarias (Anexo V) e demais locais que possam surgir quando da utilização da ATA.

3.DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 3.1. O material deverá ser de acordo com as especificações que se seguem, dentro das normas pertinentes e obedecendo aos detalhes fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS PMSC/SMCAS, doravante denominada Contratante.
- 3.2. O material será fiscalizado por servidores das respectivas unidades da SMCAS, que serão doravante denominados como Fiscalização.
- 3.3. O material será fornecido pela empresa Proponente vencedora da licitação, que será doravante denominada Contratada.
- 3.4. Fica entendido que, as especificações e toda a documentação da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 3.5. A fiscalização poderá, a qualquer momento, exigir a execução do ensaio de laboratório de qualquer material que se apresente duvidoso, bem como poderá ser exigido um certificado de origem e qualidade, correndo sempre as despesas por conta da Contratada.
- 3.6. A Contratada obriga-se a substituir qualquer material impugnado por deficiência técnica no prazo máximo de 02 (duas) horas, a partir do recebimento da impugnação.
- 3.7. A Contratada não poderá entregar qualquer material que não seja autorizado pela PMSC.
- 3.8. É de responsabilidade da contratada o transporte do material até o local a ser definido pela PMSC, conforme "Anexo I Relação das Unidades Administrativas da SMCAS" e "a partir da solicitação realizada pelas Assistentes Sociais autorizadas da SMCAS" para toda e qualquer localidade do município de São Carlos, podendo durante a vigência do contrato serem acrescidos novos locais de acordo com a necessidade do município.
- 3.9. O material deve ser entregue com a embalagem íntegra, sem aberturas ou rasgos. Caso a embalagem não esteja de acordo o material será impugnado.
- 3.10. O material será entregue pela Contratada conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e demais Unidades da PMSC; conforme o e-mail de solicitação; conforme aos telefonemas de Assistentes Sociais autorizadas;
- 3.11. A documentação da entrega será realizada por meio de requisições (para as Unidades Administrativas) e por meio de encaminhamentos (para entregas à famílias vulneráveis) e estes, deverão ser apresentados junto às notas fiscais a serem emitidas de acordo com o fornecimento realizado para cada tipo de entrega (doação e Unidades Administrativas) nesta documentação deverá constar o tipo e a quantidade de material a ser entregue.
- 3.12. A Contratada deverá entregar o material no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação feita pela PMSC/SMCAS.
- 3.13. A PMSC considerará o material como entregue quando todas as exigências estiverem devidamente atendidas e aceitas pela mesma.

ANEXO V

ENDEREÇO DE UNIDADES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNC	IA SOCIAL
UNIDADE/ENDEREÇO	TELEFONE
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social	3371-2290
Rua Conde do Pinhal, nº 2228 - Centro - CEP 13560-648	
CRAS Cidade Aracy	3375-8685
Rua Orestes Mastrofrancisco, nº 430 – Cidade Aracy – CEP 13573-048	
CRAS Jockey Club	3361-8241
Rua Rio Paraguai, nº 295 – Jockey Club – CEP 13565-240	



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico São Carlos, Capital da Tecnologia

CRAS Pacaembu	3375-7505
Rua Paraná, nº 720 – Jardim Cruzeiro do Sul – CEP 13572-370	0010 1000
CRAS Santa Felícia	3374-3937
Rua José Quatrochi, nº 140 – São Carlos 5 – CEP 13563-517	0011 0001
CRAS Santa Eudóxia	3379-1441
Rua Vergílio Vedovelli, s/n – Santa Eudóxia – CEP 13579-000	
CRAS São Carlos 8	3361-9396
Rua Luiz Luchesi Filho, nº 001 – São Carlos 8 – CEP 13568-838	
CENTRO COMUNITÁRIO ÁGUA VERMELHA	3378-3134
Rua Bela Cintra, nº 750 - Água Vermelha – CEP 13578-000	
CENTRO COMUNITÁRIO CASTELO BRANCO	3368-1000
Rua Giuseppe Nastri, nº 121 – Castelo Branco – CEP 13571-090	
CENTRO DE CONVIVÊNCIA VILA SÃO JOSÉ	3419-0226
Rua Porto Rico, nº 1466 – Vila Brasília – CEP 13566-730	
CENTRO COMUNITÁRIO MARIA STELLA FAGÁ	3376-0178
Rua Carlos Dirceu dos Santos, nº 25 – Maria Stella Fagá – CEP 13568-340	
CENTRO DE CULTURA AFRO	3371-8886
Rua Dona Alexandrina, nº 844 – Centro – CEP 13560-290	
CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO VERA LUCIA PILLA	3368-2970
Rua Dr. Joaquim Ignácio de Moraes, nº 370 – Vila Irene – CEP 13570-782	
CREAS I – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3374-3271
Rua 13 de maio, nº 1732 – Centro – CEP 13560-647	
CENTRO POP	3307-4795
Rua São Joaquim, nº 818 – Centro – CEP 13560-300	
NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI	3372-0602
Rua Rotary Club, nº 750 – Vila Celina – CEP 13566-450	
ACOLHIMENTO INFANTIL – UNIDADE I	3371-1632
Rua João de Oliveira, nº 206 – Jardim Botafogo – CEP 13575-450	
ACOLHIMENTO INFANTIL – UNIDADE II	3415-0800
Rua Conselheiro João Alfredo, nº 375 – Jardim Paraíso – CEP 13575-450	
ACOLHIMENTO INFANTIL – UNIDADE III	3419-1215
Rua Capitão Adão Pereira de Souza Cabral, nº 246 – Centro – CEP 13561-000	
CASA DE PASSAGEM – ALBERGUE NOTURNO	3361-1267
Rua Treze de Maio, 1816 – Centro	
CENTRO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	3307-1255
Rua Sete de Setembro, nº 1777 – Centro – CEP 13560-201	0000 0000
CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO ZAVAGLIA	3366-6035
Rua Dep. Antonio Donato, nº 50 – Residencial José Zavaglia – CEP 13573-560	0440 5050
SUB ALMOXARIFADO – SMCAS	3413-5952
Rua Argentina, nº 50 – Vila Brasília	0074 4440
CADASTRO ÚNICO – SMCAS	3374-4442
Rua Conde do Pinhal, nº 1419 e 1415 – Centro – CEP 13560-648	

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
VISAN - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Av. CARLOS BOTELHO, 3469	3372-5275
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO	RUA ORLANDO MARQUES, 131A	3368-1935
ALMOXARIFADO	RUA DA IMPRENSA, 399	3307-8349
SEÇÃO DE ZELADORIA	AV. ARARAQUARA, 680	3361-7314
SECRETARIA DE SAÚDE	AVENIDA SÃO CARLOS, 991	3362-1350
UBS ARACY	RUA SEBASTIÃO LEMOS, 426	3366-1444
UBS REDENÇÃO	RUA DESEMB. JULIO DE FARIA, 1700	3371-1327
UBS BOTAFOGO	AVENIDA JOSE PEREIRA LOPES, 1650	3364-2220



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico São Carlos, Capital da Tecnologia

UBS SANTA FELICIA	R JOAQUIM A RIBEIRO DE SOUZA, 40	3371-2984
UBS SANTA PAULA	RUA LUIS SAIA, 44	3371-3089
UBS PARQUE DELTA	RUA PEDRO CAVARETTE, 151	3361-4677
UBS CRUZEIRO DO SUL	RUA BASILIO DIBBO, 1055	3375-3433
UBS VILA ISABEL	RUA VICENTE DE CARVALHO, 566	3368-1516
UBS AZULVILLE	RUA MADRE MARIE BLANCHE, 1021	3368-1110
UBS SÃO JOSÉ	AVENIDA ARARAQUARA, 1199	3361-4675
UBS VILA NERY	RUA DA IMPRENSA, 410	3371-5806
USF SÃO RAFAEL/ USF ITAMARATY	RUA JOÃO LOURENÇO, 44	3371-8039
USF ARACY - EQ I	RUA HILARIO MARTINS DIAS, S/N	3375-5065
USF ARACY - EQ II	R MARIA GRAÇAS T. CUSTODIO, 117	3366-4935
USF ANTENOR GARCIA - EQUIPE I e II	AV TETRACAMPEONATO, 450	3375-5220
USF PRESIDENTE COLLOR	R MARIA GRAÇAS T. CUSTODIO, 107	3375-6536
USF JOSE FERNANDO PETRILLI FILHO	R ANTONIO GRAÇAS GENEROSO, 355	3375-6783
USF JD SÃO CARLOS	RUA 13 DE MAIO, 1173	3371-5259
USF ROMEU TORTORELLI	R LEONARDO CARLOS A BOTELHO, 52	3376-1700
USF ANGELINA / USF ARNON DE MELLO	AV GILDINEY CARRERI, 391	3374- 9141/3374-1617
USF CRUZ. DO SUL - EQUIPE I e II	RUA BASILIO DIBBO, 1080	3366-2359
USF JOCKEY CLUB / USF GUANABARA	RUA RIO ARAGUAIA, 750	3361-4600
USF SÃO CARLOS VIII	AV CAP LUIZ BRANDÃO, S/N	3374-1117
USF ASTOLPHO / USF JD MUNIQUE	RUA AURELIO CATANI, 445	3307- 1378/3376-3112
USF STA EUDOXIA	RUA CRISTOVÃO MARTINELI, S/N	3379-1154
USF AGUA VERMELHA	RUA BELA CINTRA, 05	3378-3355
USF ZAVÁGLIA	RUA DEP ANTONIO DONATO,	3366-6030
USF CDHU	RUA DA PAZ S/N	
CAPS - AD	RUA HERBERT DE SOUZA, S/N	3419- 5510/3419-5520
CAPS - MENTAL	RUA SÃO SEBASTIÃO, 3002	3372- 3111/3374-7217
CAPS i - Infantil	RUA MAJOR JOSE INÁCIO, 2381	3374- 1437/3376-1355
CENTRO MUNICIPAL ESPECIALIDADES	RUA AMADEU AMARAL, 555	3368-2044
CAIC - CENTRO AT INFEC. CRONICAS	RUA SETE DE SETEMBRO, 2277	3419-8240
AMBULATORIO ONCOLOGICO	RUA PAULINO BOTELHO, 865	3368-4833
CEO / CONSELHO MUNICIPAL	RUA NOVE DE JULHO, 1615	3374- 6848/3374-9066
VIGEP - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Rua CONDE DO PINHAL, 2161	3307- 7405/3375-5305
FARMÁCIA ALTO CUSTO	RUA SANTA CRUZ, 198	3364-5014
SITS	RUA TOTÓ LEITE, 216	3306-3335
SAMU	AV LUIS AUGUSTO DE OLIVEIRA, 500	3306-8973
UPA VILA PRADO	AVENIDA GRECIA, 229	3371-2100
UPA SANTA FELICIA	RUA JOÃO NAVARRO SIQUEROLLI, SN	3374- 2164/3375-6003
UPA ARACY	RUA SEBASTIAO LEMOS, 426	3371-2100



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS

TIPO	UNIDADE ESCOLAR	ENDEREÇO	FONE
CEMEI	Antonio Cotrim (Prof)	R.José Tiberti, 160-Jd.Munique-SC VIII	3419-7815
CEMEI	João Muniz	R.Alverico V Perdigão. 950-Jd.Cruz.Sul	3375-3670
CEMEI	João Paulo (papa)	R.Ceará, 600- Pacaembu	3375-2768
CEMEI	José Marrara	R.Abraão João, 25-Jd Bandeirantes	3371-4858
CEMEI	Juliana Maria Ciarrochi Peres	R.Rio Grande, 230 – Jockey Club	3361-4661
CEMEI	Maria Alice Vaz de Macedo (profa)	R.Hilario Martins Dias, 255-Cidade Aracy	3366-2254
CEMEI	Maria Consuelo B.Tolentino	R.Reinaldo Pizzani, 400 – Antenor Garcia	3366-3626
CEMEI	Ruth Bloem Souto	R.Bispo Cesar D'Corso F°,364-VI Camem	3371-0174
CEMEI	Antonio de Lourdes Rondon	R.Olavo Zabotto, 105-Fagá	3371-5056
CEMEI	Carminda Nogueira de Castro Ferreira	R. Hagar Cristina Rojo Rocha - Abdelnur	2121-0330
CEMEI	Homero Frei (prof)	R.Francisco Lopes, 406- Sta Felicia	3374-1830
CEMEI	Maria Lucia Ap Marrara (prof)	R.Alberto Lanzoni, 270-Sta Felicia	3372-0897
CEMEI	Nilson Ap Gonçalves	R.Ver Antonio de Paula Franco-Xarazinho esq. Maria Decico – Jd Embaré	3419-4027
CEMEI	Olivia Carvalho	Av.Regit Arab, 1100-Aracy	3419-2575
CEMEI	Paulo Freire (prof)	Av.Dr.Aurelio Catani, s/n –Jd Itamaraty	3419-7970
CEMEI	Regina Ap. Lima Melchiades	R.Iracema B. C. Milori s/n esq Vera I. M. Cesar – Novo Mundo	3366-6524
CEMEI	Vicente Botta (dep)	R.Otto Werner Rosel, 90 –Jd Ipanema	3374-1155
CEMEI	Walter Blanco	R.Francisco Gentil de Guzzi, 135-St Felicia	3372-9404
CEMEI	Aracy Leite Pereira Lopes	R.Dr.Carlos Camargo Salles, 163-Jd Lutfala	3371-4998
CEMEI	Benedicta Sthal Sodré	R.Antonio M Carrera,1683-Jd Beatriz	3375-3749
CEMEI	Carmelita da Rocha Ramalho (da)	Av Sallum, 685-Vila Prado	3371-0919
CEMEI	Cônego Manoel Tobias	R.Mj Manoel A. de Mattos, 1561-Vila Nery	3371-5349
CEMEI	Dário Rodrigues	R.Regit Arab, 267-Cidade Aracy	3375-3218
CEMEI	D.Ruy Serra	R.Marechal Deodoro, 3795-Vila Nery	3371-5615
CEMEI	Enedina Montenegro Blanco	R.Arnold de Almeida Pires, 1501-C.Aracy	3366-2004
CEMEI	Helena Dornfeld	R.Estados Unidos, 1181-V Costa do Sol	3361-4665
CEMEI	Ida Vinciguerra(profa)	R.Rio Araguaia, s/n – Jockey Club	3361-4667
CEMEI	João Baptista Paino (dr)	R.Aristides de Santi, 187-Azulville	3368-1843
CEMEI	João Jorge Marmorato (prof)	R.sta Gertrudes, 475- VI Isabel	3368-1857
CEMEI	Jose de Brito Castro	R.Rui Barbosa, s/n – Sta Eudoxia	3379-1463
CEMEI	Jose de Campos Pereira	R.Reinaldo Pisani, 500-Aracy II	3374-1827
CEMEI	Lauro Monteiro da Cruz(dep)	R.Silveio I.Sobrinho, 675-VI Monteiro	3368-3762
CEMEI	Mons Alcindo Siqueira	R.Antonio Spaziani, 243-Jd Sta Maria	3371-3545
CEMEI	Octavio de Moura (prof)	R,Francisco Marigo, 940-Jd Cruz Sul	3375-2677
CEMEI	Osmar Stanley de Martini	R.Joao Sabino, 857-Redenção	3371-2792
CEMEI	Vicente de Paula Rocha Keppe (prof)	R.Miguel Fucci, 50-Sta Felicia	3371-7244
CEMEI	Amelia Meirelles Botta (Profa)	R.Pericles Soares, 160-Armon de Mello	3307-4454
CEMEI	Bento Prado de Almeida Ferraz Jr (Prof)	R.Francisca Dirce Barbosa s/n- Douradinho	3415-0451
CEMEI	Bruno Panhoca	R.Vicente Pelicano, 740-Azulville	3368-5139
CEMEI	Dionisio da Silva	R.Cristóvão Martinelli, 150 – Sta Eudoxia	3379-1419
CEMEI	Pedro Pucci	R.Antonio Spaziani, 375-Jacobucci	3371-4634
CEMEI	Therezinha Rispoli Massei	R.Julio Rizzo,755-Jd Gonzaga	3375-3537
CEMEI	Renato Jensen	R. Dorovaldo Rodrigues, 575 - Residencial José Zavaglia	2121-0248



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações **Pregão Eletrônico** São Carlos, Capital da Tecnologia

CEMEI	Santo Piccin	R.Bela Cintra s/n – Agua Vermelha	3378-3344
CEMEI	Benedito Ap da Silva (casa rosa)	R.Maria das Graças Custodio,126-Aracy I	3366-3535
CEMEI	Cecilia Rodrigues	R.Delfino M Camargo, 100-Jd S.Carlos	3371-2454
CEMEI	Julien Fauvel (prof)	R.Antonio Blanco, 555-Costa do Sol	3361-4669
CEMEI	Maria Luiza Perez (prof)	R.Irmã Maria São Luiz, 52-Jd Paulistano	3361-4673
CEMEI	Marli de Fatima Alves (prof)	R.Bento da Silva Cesar, 101-Sta Maria II	3307-1400
CEMEI	Victorio Rebucci (prof)	R.Ceará, 600- Pacaembu	3366-2300
EMEB	Afonso Fiocca Vitalli (prof)	R.Regit Arab, s/n-Cidade Aracy	3375-3187
EMEB	Alcyr Afonso Leopoldino (dr)	Av. Nicolau Chicrala, 100 - Jd Araucária	2121-0564
EMEB	Angelina Dagnone de Melo (prof)	R.Jose Ferreira, 60 – Sta Felicia	3372-1494
EMEB	Antonio Stella Moruzzi	R.Teotonio Vilela, 501 –Jd Tangará	3372-5000
EMEB	Arthur Natalino Deriggi	R.Jose Francisco Bicaletto, 13-Antenor Garcia	3375-2609
EMEB	Carmine Botta	R.Philomena Fauvel, s/n-Boa Vista	3371-5285
EMEB	Dalila Galli (prof)	R.Rio Araguaia, s/n – Jockey Club	3361-4674
EMEB	Janete Maria Martinelli Lia (prof)	R.Paraná 700 –Pacaembu	3375-2626
EMEB	Maria Ermantina Carvalho Tarpani (prof)	R.João Pedrino 100-Botafogo	3372-8326
EMEB	Ulysses Ferreira Picolo (prof)	R. Hagar Cristina Rojo Rocha, 145 - Abdelnur	2121-0333
EMEJA	EMEJA Austero Mangerona	R. Sete de Setembro, 1767 - Centro	3364-2434
ALMOXARIFADO	Sub Almoxarifado SME	Rua Padre teixeira, 3259 - Vila Nery	3371-8606
SIBI	Biblioteca Municipal Amadeu Amaral	Rua São Joaquim, 735 - Centro	3373-3222
MUSEU	Museu da Ciência Prof. Mario Tolentino	Rua Praça Cel Salles - Centro	3373-3222
SEDE	Secretaria Municipal de Educação	Rua Treze de Maio, 2000 - Centro	3373-3222
PÓLO	CeMEAR	Av. Maranhão, 35 - Jd Gonzaga	



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO V - DOS LOTES

COTA PRINCIPAL – DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO

Lote	Item	Material	Unid	Quant.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
	1	Gás Botijão P13 - recarga com entrega. Conforme descrição presente no Termo de referência.	unid.	3750	R\$ 121,16	R\$ 454.350,00
'	2	Gás Botijão P45 - recarga com entrega. Conforme descrição presente no Termo de referência.	unid.	1500	R\$ 437,50	R\$ 656.250,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1:					R\$ 1.110.600,00	

VALOR TOTAL COTA PRINCIPAL: R\$ 1.110.600,00 (Um milhão cento e dez mil seiscentos reais).

COTA RESERVADA - DESTINADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LC 123/06 E SUAS ALTERAÇÕES

Lote	Item	Material	Unid	Quant.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
2	1	Gás Botijão P13 - recarga com entrega. Conforme descrição presente no Termo de referência.	unid.	1250	R\$ 121,16	R\$ 151.450,00
2	2	Gás Botijão P45 - recarga com entrega. Conforme descrição presente no Termo de referência.	unid.	500	R\$ 437,50	R\$ 218.750,00
	VALOR TOTAL DO LOTE 2:					R\$ 370.200,00

VALOR TOTAL COTA RESERVADA: R\$ 370.200,00 (Trezentos e setenta mil e duzentos reais).

VALOR TOTAL DESTA LICITAÇÃO: R\$ 1.480.800,00 (Um milhão quatrocentos e oitenta mil e oitocentos reais).



Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO VI - MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N°____/ 2023

Pregão Eletrônico N° 102/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13898/2023

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° EMPENHO N° EMPRESA: Autorizamos o fornecimento de
CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO:
 01. Os produtos serão entregues conforme discriminado no Edital, de acordo com a Ordem de Fornecimento – OF. 02. O material deverá ser de acordo com as especificações que se seguem, dentro das normas pertinentes e obedecendo aos detalhes fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – PMSC/ SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMCAS, não podendo a Contratada entregar qualquer material que não seja autorizado pela PMSC. 03. A devolução do produto não aprovado pela PMSC / SMCAS em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda a entrega do produto. 04. Os produtos serão fiscalizados por funcionários das respectivas unidades administrativas. 05. A Empresa Contratada obriga-se a substituir qualquer material impugnado no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir do recebimento da impugnação. 05. É de responsabilidade da contratada o transporte do material até local a ser definido pela PMSC, para toda e qualquer localidade do município de São Carlos, tendo prazo máximo para entrega de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação feita pela PMSC. 06. A PMSC considerará o material como entregue quando todas as exigências estiverem devidamente atendidas e aceitas. 07. O pagamento devido pelo Município será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante, sendo efetuado mediante crédito em conta corrente (devendo a CONTRATADA informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração). 08. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número desta licitação e da ata de registro de preços, obrigatoriamente.
São Carlos, de de 2023

Prefeitura Municipal de São Carlos SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

São Carlos, Capital da Tecnologia

ANEXO VII - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _ PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13898/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2023

INTER	RESSAD	O: SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA	A E ASSIST	ENCIA SOCIAL			
O MU	NICÍPIO NPJ/MF	DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPA sob nº 45.358.249/0001-01 devidamente re CONTRATANTE e a empresa, CEP, , e CPF, residente e d	L DE SÃO (epresentada	CARLOS, situad neste ato pe	o à Rua Episcopal, nº 1.5	75, Centro, inscrito	
aenor	ninado C	CONTRATANTE e a empresa	_, inscrita no	CNPJ SOD N°_	, situada	a, II°	
'		,, UEF,	poi seu repi Iomiciliado r	esenianie iegai	,, no anto	portauor do RG II	
		, CEP, acordam proceder, nos tel	rmos do Dec	reto Municinal r	, 11, apto _ o° 065/2007 e do Edital do	,, pregão Eletrônico	
em er	igrafe r	parte integrante do presente instrumento indepe	endentemen	te de transcricã	o AQUISICÃO DE GÁS	DF COZINHA P13	
		ESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E UTIL					
		REGISTRO DE PREÇOS, constantes nos anex					
		<i>,</i>		•	,		
Lote	Item	Produto	Unidade	Quantidade	Média Preço Unitário	Preço Total	
1							
			•				
DAS S	SANÇÕE	ES ADMINISTRATIVAS					
		e deixar de entregar quaisquer documentos e	exigidos no	Edital ou apres	entar documentação fals	a para o certame,	
		ardamento da execução de seu objeto, não n					
execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a							
Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em							
		ntrato e das demais cominações legais.	,		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	p. 5	
O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:							
	ertência		•				
b) mu		,					
c) suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar							
pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou							
		nto parcial de mais de uma Ordem de Fornecim		umprimento int	egrai de dilla Oldelli de	, i omecimento ou	
		de inidoneidade;	ento,				
			vrão oor oum	uladaa aam mu	lta aom projuíza da racci	aão do Ato:	
As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão da Ata;							
As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.							
Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.							
				امم المم مد		00/ (da- nan aanta)	
		mento de quaisquer obrigações licitatórias/cont	ratuais, pod	era ser aplicada	i muita indenizatoria de T	0% (dez por cento)	
		do objeto licitado.		d=/=\ f =t=/=\	a a la manda di codi a la la a a mata de con	avituali di al al acanta	
		ada após regular processo administrativo, será	descontada	da(s) fatura(s),	cobrada judicialmente ou	extrajudicialmente,	
		lunicípio.		P. I.	1.6	/.!	
		e aplicação de quaisquer das penalidades previ					
contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da							
					o de defesa pelo interes	ssado, a contar da	
		sta do respectivo processo, nos termos do artigo					
Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.							
As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de							
		do direito de licitar e contratar, a empresa licitan					
		tada obrigada a dar cumprimento aos direitos					
pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto contratado, empregados das contratadas e							
		uaisquer subcontratadas, e, em caso de desci				ação do contrato e	
		pagamentos devidos se em mora salarial (atras					
Fica c	Fica declarado que o preco registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de						

21 Pregão Eletrônico nº 102/2023

Contratante

Testemunha

São Carlos, de de 2023

Adjudicatário

Testemunha